

Marcílio acerta os cortes de verbas no orçamento de 93

BRASÍLIA — Os limites de gastos dos ministérios na proposta de orçamento para 1993 foram fechados ontem pelo Ministério da Economia, com grande resistência das demais pastas. Os investimentos, nessa proposta, serão reduzidos em 75% em relação a este ano, e não vão superar os US\$ 4 bilhões. As verbas para os Ciacs, os centros educacionais prioritários para o presidente Fernando Collor, serão suficientes para construção de, no máximo, 300 escolas — menos da metade do que pretendia o secretário de Projetos Especiais, Carlos Garcia.

Irritados com os cortes orçamentários propostos, os assessores do secretário de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, ameaçaram levar sua proposta orçamentária diretamente ao presidente, para contrapor-la ao projeto de lei sugerido por Marcílio.

Em atrito com os ministros militares em torno da isonomia salarial (as pretensões salariais das Forças Armadas são consideradas irrealizáveis pelos técnicos da Economia), a equipe de Marcílio também teve conversas delicadas com os responsáveis

pelo orçamento na área militar. Só com o ministro do Exército, Carlos Tinoco, foram oito reuniões nas últimas semanas.

Um dos casos dramáticos, na avaliação do próprio Ministério da Economia, é o da Marinha. Computadas as despesas prioritárias da pasta, os técnicos verificaram que faltaria verba para a estação polar da Antártida, objeto de acordos internacionais. Na segunda-feira, dia da leitura do relatório da CPI de PC Farias, Marcílio recebeu o ministro da Marinha, Mário César Flores, numa última tentativa do almirante de evitar os cortes — de quase 20% — no orçamento da Força para 1993.

● **REFORMA** — O presidente da Comissão de Reforma Fiscal, Ary Osvaldo Mattos Filho, entregou ontem ao ministro Marcílio Marques Moreira as linhas básicas da campanha publicitária que será feita por um grupo de agências, sob a coordenação de Luis Salles, da Salles Interamericana. Ainda não há data marcada para o início da campanha, que visa a envolver a sociedade nas discussões da reforma fiscal.